



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
SANDRO GUIMARÃES SANTOS

**SEGURANÇA INTEGRADA:
MONITORAMENTO POR CFTV COMPARTILHADO ENTRE EMPRESA
PRIVADA E A SEGURANÇA PÚBLICA**

Goiânia
2017

SANDRO GUIMARÃES SANTOS

**SEGURANÇA INTEGRADA:
MONITORAMENTO POR CFTV COMPARTILHADO ENTRE EMPRESA
PRIVADA E A SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em 18 de outubro de 2017, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Especialista em Gestão Integrada da Segurança Pública.

Orientação: Prof. João Schorne de Amorim

Goiânia
2017

SANDRO GUIMARÃES SANTOS

**SEGURANÇA INTEGRADA:
MONITORAMENTO POR CFTV COMPARTILHADO ENTRE EMPRESA
PRIVADA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Gestão Integrada da Segurança Pública e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Integrada da Segurança, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Goiânia, 18 de outubro de 2017.

Professor orientador: João Schorne de Amorim, MSc

Universidade do Sul de Santa Catarina

Professor: Giovani de Paula, MSc

Universidade do Sul de Santa Catarina

À minha família, minha eterna fonte de inspiração e
razão para seguir em frente, sempre!

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meus irmãos, agradeço pelo suporte, o amor e o respeito, o estímulo e as sábias palavras com que me cercam. Agradeço à minha esposa Ana Lúcia pela cumplicidade e ternura que nos envolve, e meus queridos filhos, que constituem o verdadeiro sentido de minha vida.

Agradeço ao meu orientador João Schorne de Amorim pelo seu apoio e sua sensibilidade, fatores fundamentais para a conclusão deste trabalho. Por motivos semelhantes, a todos os mestres durante o estudo em suas respectivas disciplinas.

À Coordenação do Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, nas pessoas dos Senhores Tenente Coronel PM Jubé e Major PM Edinei, sempre solícitos e atenciosos em auxílio na busca das informações necessárias à execução da pesquisa de campo e acesso às dependências para melhor entendimento dos processos alvos do trabalho.

Ao amigo Eduardo Gonçalves dos Santos, Coordenador de Segurança de Transportes do Consórcio Rmtc, por sua disponibilidade e solicitude em franquear o acesso aos processos de monitoramento tecnológico e registros de informação, o que possibilitou visualizar na integralidade, todas as possibilidades de compartilhamento destes recursos com a Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

RESUMO

O Brasil tem vivenciado nos últimos anos uma crescente onda de violência nos centros urbanos, demonstrando a fragilidade dos serviços públicos, em especial o da segurança, vista pela sociedade como pouco eficiente em prover aos cidadãos a segurança necessária para a garantia de sua incolumidade, com o intuito de se buscar melhor entendimento acerca da integração e utilização dos recursos, se propôs a esta pesquisa, um estudo sobre os sistemas tecnológicos e recursos humanos a serem compartilhados de forma contínua e eficiente. Para tanto, o objeto escolhido para pesquisa foi a integração do processo da segurança do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo com a Secretaria de Segurança Pública, como alternativa de apoio e combate à criminalidade na Região Metropolitana de Goiânia. Neste sentido a pesquisa pretendeu aprofundar no conhecimento do modelo de compartilhamento do sistema de segurança e monitoramento por CFTV do Consórcio junto ao Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle, como uma potencial ferramenta integradora no combate à violência.

Palavras-chave: Fragilidade do Serviço Público. Segurança Privada. Sistemas Tecnológicos.

ABSTRACT

Brazil has experienced in recent years a growing wave of violence in urban centers, showing the fragility of public services, especially security, seen by society as ineffective in providing citizens with the security necessary to guarantee their safety. In order to obtain a better understanding of the integration and use of resources, this research was proposed, a study on the technological systems and human resources to be shared in a continuous and efficient way. To do so, the object chosen for research was the integration of the security process of the Consortium of the Metropolitan Transit Transport Network with the Department of Public Safety, as an alternative to support and combat crime in the Metropolitan Region of Goiânia. In this sense, the research sought to deepen the knowledge of the sharing model of the CCTV security and monitoring system of the Consortium with the Integrated Command and Control Intelligence Center, as a potential integrative tool in the fight against violence.

Keywords: *Fragility of Public Service. Private security. Technological Systems.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS NA SEGURANÇA.....	12
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
2.2 O CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE.....	15
2.3 PERSPECTIVAS SOBRE A SEGURANÇA PRIVADA.....	19
2.3.1 O CFTV como recurso compartilhado.....	21
2.3.2 As diversas aplicações para o CFTV.....	22
2.3.3 A gestão dessa integração (fluxos de informações)	24
3 RESULTADOS OBTIDOS.....	27
3.1 ANÁLISE DOS REGISTROS.....	27
3.2 UTILIZAÇÃO DAS IMAGENS DE MONITORAMENTO.....	31
3.3 EVIDENCIAÇÃO DE DELITOS ATRAVÉS DO MONITORAMENTO.....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de um tema considerado de extrema relevância, porém ainda não formatado e implantado em sua plenitude como forma de otimização de processos e recursos, que é a integração de atividades entre as empresas de segurança privada com as forças de Segurança Pública, ocasionando por consequência incremento nos índices de violência e da criminalidade em nosso país.

Nos últimos anos, com o contínuo aumento da violência urbana no Brasil, torna-se ainda mais evidente a falta de um bom planejamento e implementação de ações na área de Segurança Pública, demonstrando queda de qualidade destes serviços. Em detrimento aos recursos orçamentários destinados às pastas da segurança, ainda se percebe a falta de entendimento e aceitação quanto à possibilidade de integração entre a segurança privada com a pública. O grande desafio baseia-se na conciliação destas ações de forma harmônica, contínua e de tal forma que atendam às necessidades sociais.

Cabe ao Estado atuar como elemento propulsor e integrador da segurança pública junto à sociedade como resposta à crescente onda de violência, demandando uma profunda e tempestiva necessidade de integração como oportunidade de melhoria nos processos. Deve-se buscar a utilização de todos os recursos disponíveis, seja humano ou tecnológico. Segundo Cubas (2005), cada vez mais, o Estado é visto como incapaz de assegurar aos cidadãos e aos bens públicos e privados, a segurança necessária, principalmente em espaços onde é incessante o fluxo de pessoas, mercadorias, riquezas e informações, como sejam aeroportos, terminais de coletivos públicos, *shopping centers*, escolas, estádios de futebol, espetáculos ao ar livre, parques.

A formalização legal e permanente deste modelo de parceria, integrando atividades da segurança pública com ações da segurança privada se justifica e deve ser perseguida a fim de se promover a melhoria contínua na prestação deste serviço público, ainda que a legislação seja clara quanto às competências específicas de cada um e do grande desafio de se encontrar um processo harmônico para celebração e compartilhamento de recursos, principalmente pela resistência dos agentes envolvidos.

Foi estabelecido como objetivo geral a proposição de se indicar um modelo de integração dos processos da segurança de setores privados e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás, como alternativa de combate à criminalidade, através de celebração de parceria formal para utilização dos recursos existentes.

Como objetivos específicos procurou-se identificar modelos possíveis de parceria entre área de segurança privada com a Secretaria de Segurança Pública de Goiás, assim como a forma de integração dos processos de segurança física e eletrônica de empresa privada e o gerenciamento de indicadores resultantes.

Diante deste cenário, a presente pesquisa intencionou apresentar proposta de implantação de parceria entre o órgão de segurança pública e empresa privada, através da sinergia dos processos e maximização do emprego dos recursos inerentes às partes.

Foram realizadas pesquisas sobre boas práticas existentes, mesmo que de forma isolada em outras grandes cidades brasileiras, mas que trouxessem luz às questões de compatibilização técnica e jurídica para viabilização de projeto. Foram analisadas as legislações vigentes, decretos e outras formas estabelecidas para parcerias.

Os representantes legais, ou aqueles designados como colaboradores da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e da empresa Consórcio Rmtc, foram envolvidos durante a pesquisa para o acompanhamento de atividades ou processo ligado a segurança. A indicação ao processo de segurança de empresa privada teve como foco a segurança no transporte público coletivo e seus reflexos quanto a atuação dos órgãos de segurança frente à violência no sistema.

Pesquisou-se as referências bibliográficas e portarias de criação dos Centros Integrados de Comando e Controle planejados para a segurança dos jogos da Copa do Mundo de 2014, onde foram implantados sistemas e subsistemas integrados de segurança, visando otimizar e garantir os processos desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública nas cidades que sediaram os jogos.

A pesquisa foi desenvolvida junto à coordenação do Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle, realizando entrevistas para direcionar a proposição de ações que indiquem o caminho para a possibilidade de celebração da parceria desejada. Foi necessário estabelecer a forma de coleta de dados referentes às demandas provenientes de atos violentos, afetos ao sistema de transporte público coletivo da Região Metropolitana de Goiânia.

A análise dos dados serviu como referência para se estabelecer metodologia comparativa, avaliação de eficácia dos processos e propositura de melhorias necessárias para a continuidade e transparência das ações. As informações foram tratadas com o grau de sigilo exigido, sendo as mesmas submetidas previamente à validação dos responsáveis diretos.

Para tanto, dividiu-se o trabalho em três capítulos. No primeiro, foi apresentada a introdução com a metodologia e as definições gerais relativas ao tema. O segundo traz a contextualização e os processos de compartilhamento de recursos ente o Consórcio da Rede

Metropolitana de Transportes Coletivos de Goiânia, empresa privada, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. No terceiro capítulo foram apresentados os resultados obtidos pela parceria citada, através da análise dos registros e da utilização das imagens do monitoramento via circuito fechado de TV.

2 O COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS NA SEGURANÇA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A integração de recursos entre o setor público e o privado tem sido experimentado nas últimas décadas no Brasil, principalmente através de parcerias, deixando de ser apenas um conceito. Várias empresas vêm aplicando esses modelos, buscando solucionar alguns dos principais entraves de sua implementação, podendo-se citar, a escassez de recursos e gestão eficaz.

Ao fim da década de 1960, a segurança privada se moldou à forma que hoje é conhecida, não sendo concebida em sua essência para concorrer com a segurança pública. Ao contrário, sua destinação é complementar, possuindo atuação delimitada por lei, atuando em área delimitada sob contrato em comércios, indústria, condomínios e órgãos públicos, principalmente de forma preventiva.

A integração de atividades da segurança pública com ações da segurança privada, mostra-se como fator de importância relevante para a busca da melhoria dos resultados no combate à violência e deve ser exaustivamente para esse fim, ainda que a legislação seja clara quanto às competências específicas e do grande desafio de se encontrar um processo harmônico do compartilhamento de recursos, principalmente pela resistência dos agentes envolvidos.

Na medida em que os espaços vazios deixados pela segurança pública são complementados pela implantação dos recursos oriundos da segurança privada, provoca impacto direto nas políticas relacionadas à mitigação e combate à violência. Se bem planejada a elaboração de diretrizes, sobre o compartilhamento das atividades, todos os agentes serão motivados a participar de forma mais efetiva em busca de maior produtividade.

A segurança privada surge como algo que possibilita manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e de descrédito da população perante as instituições encarregadas de manter a ordem e controlar os conflitos. Diante disso ela aborda no seu trabalho, o serviço de vigilância oferecido por empresas da cidade de SP, nos anos 90, a sua rápida expansão no mercado e a aceitação deste serviço por parte da população. (CUBAS, 2005)

Deve-se observar a execução dos processos desenvolvidos pela segurança privada e a forma com que se inter-relacionam com a segurança pública, tais como: a forma de acionamento para situações extremas de conflito e que extrapolem a competência de cada ator, a forma do atendimento, registro dos dados, avaliação do atendimento e disponibilização das informações sob a forma de indicadores e suas metas.

Para garantir a celeridade dos processos acima relacionados, as forças de segurança devem manter seus sistemas de engenharia, processamento e armazenamento de dados atualizados e disponíveis para planejar as ações nas mais diversas áreas de conhecimento da atuação do serviço público, evitando que as informações permaneçam estanques, ou seja, inservível ao fim que se destinam.

Assim o uso da engenharia e gestão do conhecimento pode ser um diferencial para produção de conhecimento e formulação de estratégias de prevenção, controle e combate à criminalidade, nestes novos tempos da sociedade voltada para o conhecimento. Mas para que isto se concretize é preciso investir de forma massiva em pesquisa para utilizar a tecnologia como aliada, fazendo com que haja planejamento nas ações, resultando em aumento da eficiência no combate da criminalidade. (SILVA, 2009, p 21)

Desta forma conclui-se que, com o aumento cada vez maior do volume de dados nas instituições privadas e públicas, se faz necessário transformar estes dados e informações em conhecimento. Boa parte das organizações se preocupa em armazenar suas informações, mas não com o cuidado devido no recebimento, no tratamento, na disseminação, na recuperação, na segurança, tampouco ao seu valor agregado.

Para que ocorra o desenvolvimento dos países é preciso que eles tenham capacidade de gerar informações precisas e corretas para a tomada de decisão. Pois nos projetos de políticas públicas ou privadas, há consenso que os melhores recursos estratégicos são as informações produzidas. (MÁXIMO, 2004)

Os recursos tecnológicos compartilhados entre as forças de segurança ampliam o espectro de abrangência frente ao combate da criminalidade e violência que aflige os ambientes públicos. A possibilidade de as empresas privadas aplicarem recursos para execução de projetos tecnológicos em segurança eletrônica permite, quando compartilhado à segurança pública acesso a recurso com maior celeridade quando se comparando aos processos normais de aquisição pelo estado.

Uma das ferramentas tecnológicas mais utilizadas no compartilhamento de informações entre a segurança privada e a segurança pública é o monitoramento eletrônico via circuito fechado de televisão – CFTV, aliando-se processos de armazenamento e gerenciamento de dados através de mão de obra qualificada. O monitoramento das imagens em ambientes públicos, a exemplo dos terminais de passageiros no transporte coletivo nos grandes centros urbanos, promove resultados efetivos para o combate à criminalidade afeta a esses ambientes.

Ferreira (2008) enfatiza que As câmeras de monitoramento de logradouros públicos aumentam a capacidade de vigilância, agindo como um apoio mais eficiente no patrulhamento

dos centros, na identificação e prisão de infratores, inibem atos criminosos e auxiliam no monitoramento do comportamento da própria polícia.

Alguns exemplos indicam que, em locais onde implantados sistemas de monitoramento sem a consulta das pessoas impactadas pelo seu uso sofreram resistências, quer seja da população, pelo receio da invasão da privacidade e eventual uso ilegal das imagens, ou pelos próprios policiais, pelo receio de sua substituição pelo equipamento.

As câmeras de monitoramento utilizadas em sistemas eletrônicos de segurança, assim como muitas das denominadas “novas tecnologias”, apresentam-se não como opções, mas como fatos concretos desse cotidiano. A utilização desses dispositivos de vigilância, geralmente definidos como um recurso para inibir assaltos, evitar depredações e identificar criminosos, é um fenômeno cada vez mais recorrente no mundo, de tal forma que hoje em dia é difícil percorrer ruas, praças, parques, shoppings, aeroportos ou outras áreas de circulação pública, sem deparar-se com eles. (KANASHIRO, 2006)

Desta forma, o monitoramento eletrônico tem se apresentado como instrumento imprescindível ao poder público e à sociedade, sob forma efetiva de controle e mitigação da violência urbana. Fator que requer aplicação de gerenciamento responsável, sobretudo voltado para a segurança da informação aplicada ao processo. Constituindo-se assim elemento responsável pela garantia de credibilidade do processo e respaldando a viabilidade da implantação da tecnológica em questão.

A discussão sobre a integração entre força pública e privada de segurança ganhou força justamente em razão da Copa do Mundo de 2014, cujo sucesso demonstrou o quanto a união pode ser favorável à realização de um grande evento. A Portaria, nº 3233/2012, criada pela Polícia Federal, aponta a necessidade de efetivos oriundos de forças de segurança privada em eventos cujo quantitativo de pessoas exceda 3 mil.

A forma de atuação da segurança privada nos revela inicialmente o conceito de integração entre as seguranças, podendo ampliar ainda mais o poder de compartilhamento de recursos, abrangendo outros serviços essenciais à segurança pública.

Estudo publicado em julho deste ano pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), com base em dados do Ministério do Trabalho, Polícia Federal, IBGE, entre outros, mostra que, atualmente, a segurança privada possuiu cerca de 2.600 empresas e 600 mil profissionais, incluindo os vigilantes e profissionais de outras áreas.

Essas empresas contam com aproximadamente 3.600 veículos leves atuando na escolta de cargas e 4.333 carros-fortes no transporte de valores. São responsáveis pelo abastecimento de todas as máquinas de auto atendimento no país e possuem ampla cobertura de monitoramento por câmeras espalhadas por diversos pontos de várias cidades brasileiras.

Algumas empresas, instaladas principalmente nos grandes centros urbanos, vem adotando convênios em parceria com a segurança pública, o que permite a utilização de imagens das câmeras de monitoramento e combate aos crimes. Iniciativas desta natureza podem ser reproduzidas em todo Brasil, ampliando a abrangência e cobertura de áreas críticas ou de interesse da segurança pública.

O efetivo de vigilantes indiretamente, se tornam olhos, ouvidos e parceiros, ajudando as forças públicas com informações preciosas, gerando informações complementares como subsídio para o planejamento estratégico de interesse da segurança pública.

Conforme citado por Zanetic (2010), existem Três aspectos centrais que podem ser apontados como os principais fatores impulsionadores do mercado brasileiro de segurança: o crescimento da violência e da criminalidade (sobretudo a especialização do crime); a percepção da violência e o aumento da insegurança; e as mudanças na utilização do espaço urbano e circulação da população nas grandes cidades.

Com relação à presença dos profissionais de segurança privada alocados em espaços sob concessão de serviços essenciais públicos, como ocorre em aeroportos, terminais rodoviários e do transporte coletivo, ressaltamos a importância do estreito relacionamento com os órgãos de segurança, na busca de soluções céleres em resposta à proteção dos usuários destes serviços. O intenso fluxo de pessoas nestes locais propicia ações de criminosos em busca de vítimas potenciais.

Neste cenário, a utilização de um sistema de monitoramento por CFTV, integrado a uma central de controle da segurança pública, reduz a necessidade de ampliação de recurso humano, por ser uma ferramenta auxiliar ao planejamento estratégico de atuação preventiva.

2.2 O CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE

A discussão sobre a união entre força pública e privada de segurança ganhou força justamente em razão da Copa do Mundo, cujo sucesso demonstrou o quanto a união pode ser favorável à realização de um grande evento. Há até mesmo uma Portaria, nº 3233/2012, criada pela Polícia Federal, que aponta a necessidade de efetivos oriundos de forças de segurança privada em eventos cujo quantitativo de pessoas exceda 3 mil.

O conceito de CICC, relata Kanashiro (2006), começou a ser pesquisado pelo governo brasileiro, em seguida o país foi escolhido como sede para dois grandes eventos mundiais: a Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Com os holofotes do mundo voltados para o país, e ciente dos problemas infraestruturais nas áreas de mobilidade urbana, turismo, segurança pública e defesa social, o governo repassou recursos

para que os estados com cidades-sede desenvolvessem seus projetos. Foram desenvolvidas 13 ideias para construção ou modernização de estádios, 25 para mobilidade urbana em todas as cidades-sede. Treze destes projetos deveriam apresentar um projeto de segurança pública.

Baseados neste projeto e focados na segurança, cada estado com suas particularidades, deve seguir caminhos e procedimentos básicos determinados pelo governo federal. Todos os centros serão conectados com o CICC nacional instalado em Brasília, responsável pela gestão integrada de todos os sistemas tecnológicos. O CICC regional passa a ser o local de gestão do estado, tendo na proteção da cidade-sede sua principal função. Neste sentido, o estado tem a liberdade de reduzir ou ampliar o escopo deste projeto de acordo com seus recursos e/ou necessidades. Os regionais podem se interconectar com outros estados.

A partir desta iniciativa, foram desenvolvidos estudos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para a criação de Centros Integrados de Comando e Controle mesmo em capitais que não sediariam os jogos da Copa de 2014. Assim foi concebida a estrutura base do Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

A Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás passou a contar com uma das mais modernas estruturas de trabalho do Brasil. O Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle, situado no Setor Marechal Rondon, nesta capital, reúne em um só espaço, soluções tecnológicas e integração de pessoal das várias forças que integram a pasta, além de parceiros que atuam direta ou indiretamente no setor.

Inaugurado no dia 30 de dezembro de 2014, o CIICC agrega os serviços de atendimento telefônico de emergência, videomonitoramento, monitoramento de presos por tornozeleiras eletrônicas, serviço de Inteligência e de produção de dados estatísticos.

Figura 01: Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle - CIICC



Fonte: do autor (2016)

Nele, funcionam as centrais de atendimento de emergência 190, da Polícia Militar, 193, do Corpo de Bombeiros e 197, da Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, a central de videomonitoramento de Goiânia, com 70 câmeras já instaladas. Outras 80 câmeras estão em fase de instalação e 500 em fase final de licitação. Além disso, o CIICC abriga o sistema informatizado de ocorrências e posicionamento de viaturas em tempo real.

Atuam de forma integrada neste centro, órgãos municipais como a Guarda Civil Metropolitana, Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes (SMT). Consórcio RMTC e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). No total, cerca de 220 pessoas trabalham diariamente no CIICC.

A sala principal do Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle possui um telão (videowall) composto por 18 telas de 55 polegadas cada, de alta resolução, totalizando 15 metros quadrados. O telão recebe imagens capturadas pelas câmeras de videomonitoramento espalhadas em Goiânia. Cada câmera gera imagens em alta resolução, com zoom de 24 vezes e 360 graus. As câmeras estão em áreas onde há um maior número de crimes, onde há concentração de comércio e de pessoas em circulação, como por exemplo, nas principais ruas e avenidas do Setor Central, Setor Campinas e Rua 44, no Setor Norte Ferroviário.

Divididos em 48 estações de trabalho, os operadores do CIICC fiscalizam em tempo real situações de suspeita de crimes, entram em contato com a equipe policial mais próxima e acompanha a ocorrência até o fim.

No Centro também funciona a Central de monitoramento por CFTV (Programa Olho Amigo), a central de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas, o sistema de monitoramento de ocorrências e localização de viaturas em tempo real, a Superintendência de Inteligência e Observatório de Segurança, responsáveis pela coleta e interpretação de dados, análise criminal e planejamento de ações estratégicas.

Figura 02: Sala de monitoramento de imagens do CIICC



Fonte: do autor (2016)

No tipo de integração proposto pela União, onde deve ocorrer cooperação dos órgãos para uma atuação conjunta, horizontalizada e não hierarquizada no âmbito dos CIICCs, verifica-se a existência do conceito de Liderança Situacional, segundo o qual órgãos com capacidade para atuação em casos específicos passam a liderar, no momento de eclosão de demanda a ele afeta, os demais componentes do sistema. Este mesmo órgão também pode ser liderado, conforme se torne necessária sua participação em um outro tipo de solicitação, cuja ambiência operativa seja melhor representada por outro setor. (Coli, 2011)

A proposta de implantação dos centros integrados permitiu a possibilidade da participação da iniciativa privada como parceiro importante no processo de compartilhamento dos recursos humanos e tecnológicos. Especialistas em segurança afirmam que a integração de diferentes forças de segurança é algo absolutamente fundamental para que os eventos transcorram pacificamente. Até mesmo pelo fato de que o aumento contingencial promovido pela integração, tornar desnecessário deslocar qualquer policial que esteja realizando patrulhamento nas ruas para um evento privado. Nesse caso, um membro de segurança privada se responsabiliza pela manutenção da ordem no espaço interno e o policial mantém suas atividades no espaço público, não desguarnecendo a população.

Figura 03: posto da Segurança do Transporte público coletivo no CIICC



Fonte: do autor(2016)

Tanto na ação de previsão do delito quanto na remediação, é necessário que os agentes da Central de Monitoramento sejam eficientes na transmissão da informação aos colegas interceptadores. Nessa ação, informar o status (se já consumado ou não), a natureza, o local, o ambiente e os protagonistas do delito sempre são procedimentos adotados. Os agentes de rua, por sua vez, orientados pelos colegas da Central de Monitoramento, adotam as técnicas de perseguição ou abordagem que julgarem pertinentes. Não há, nesse processo qualquer ingerência por parte da Central de Monitoramento. (FELDENS, 2011)

As ações específicas para uma Central de Monitoramento deverá ter seu processo inserido nos Centros Integrados de Comando e Controle, com atribuições bem delineadas e respeitando-se a autonomia e hierarquia entre os agentes. Ressalta-se também a necessidade de treinamento e capacitação da equipe de monitoramento para que haja a percepção preventiva de ações delituosas ou o emprego ostensivo dos agentes de segurança no campo operacional. Com a comunicação integrada em rede, os recursos são utilizados de forma racional e de forma mais célere.

Segundo Cardoso (2013, p.141), a integração institucional deverá ser concebida por meio de um processo de modernização tecnológica e de transformação/criação arquitetural. Daí a importância do Centro Integrado de Comando e Controle, obra de custo mais elevado na área de segurança, e apontado como principal pilar para o modelo desejado pelos planejadores da segurança pública local.

Baseados neste projeto e focados na segurança, cada estado com suas particularidades, deve seguir caminhos e procedimentos básicos determinados pelo governo federal. Todos os centros serão conectados com o CICC nacional instalado em Brasília, responsável pela gestão integrada de todos os sistemas tecnológicos. O CICC regional passa a ser o local de gestão do estado, tendo na proteção da cidade-sede sua principal função. Neste sentido, o estado tem a liberdade de reduzir ou ampliar o escopo deste projeto de acordo com seus recursos e/ou necessidades. Os regionais podem se interconectar com outros estados.

2.3 PERSPECTIVAS SOBRE A SEGURANÇA PRIVADA

Analisando o modelo de segurança adotado no Brasil, percebe-se claramente a separação legal entre segurança pública e privada, cada qual estabelecida e consolidada nos dispositivos e normas regulatórias. Mesmo com essas características distintas, essas áreas em dados momentos e situações atuam em conjunto de maneira sinérgica e, por vezes, conflituosa.

Segundo Cubas (2005), a segurança privada surge como algo que possibilita a manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e de descrédito da população perante as instituições encarregadas de manter a ordem e controlar os conflitos. Diante disso ela aborda no seu trabalho, o serviço de vigilância oferecido por empresas da cidade de SP, nos anos 90, a sua rápida expansão no mercado e a aceitação deste serviço por parte da população.

Deve-se observar a execução dos processos desenvolvidos pela segurança privada e a forma com que se inter-relacionam com a segurança pública, tais como: a forma de acionamento para situações extremas de conflito e que extrapolem a competência de cada ator, a forma do atendimento, registro dos dados, avaliação do atendimento e disponibilização das informações sob a forma de indicadores e suas metas.

Para garantir a celeridade dos processos acima relacionados, as forças de segurança devem manter seus sistemas de engenharia, processamento e armazenamento de dados atualizadas e disponíveis para planejar as ações nas mais diversas áreas de conhecimento da atuação do serviço público, evitando que as informações permaneçam estanques, ou seja inservível ao fim que se destinam.

Assim, o uso da engenharia e gestão do conhecimento pode ser um diferencial para produção de conhecimento e formulação de estratégias de prevenção, controle e combate à criminalidade, nestes novos tempos da sociedade voltada para o conhecimento. Mas para que isto se concretize é preciso investir de forma massiva em pesquisa para utilizar a tecnologia como aliada, fazendo com que haja planejamento nas ações, resultando em aumento da eficiência no combate da criminalidade. (SILVA, 2009, p 21)

Com o aumento cada vez maior do volume de dados nas instituições privadas e públicas, se faz necessário transformar estes dados e informações em conhecimento. Boa parte das organizações se preocupa em armazenar suas informações, mas não com cuidados devidos no recebimento, no tratamento, na disseminação, na recuperação, na segurança e nem com agregação de valor nestes dados e informações.

Para que ocorra o desenvolvimento dos países é preciso que eles tenham capacidade de gerar informações precisas e corretas para a tomada de decisão. Pois nos projetos de políticas públicas ou privadas, há consenso que os melhores recursos estratégicos são as informações produzidas. (Máximo, 2004)

Os recursos tecnológicos compartilhados entre as forças de segurança ampliam o espectro de abrangência frente ao combate da criminalidade e violência que aflige os ambientes públicos. A possibilidade de as empresas privadas aplicarem recursos para execução de projetos tecnológicos em segurança eletrônica permite, quando compartilhado à segurança pública acesso a recurso com maior celeridade quando se comparando aos processos normais de aquisição pelo estado.

Para a inserção de parceiros que dispõem de recursos tecnológicos, de interesse da segurança pública, junto aos centros integrados, deve ser realizado estudo de viabilização com apresentação de proposta de intensão, através de edital de chamamento público,

disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública, e posterior habilitação das empresas qualificadas. Os parceiros se estabelecerão como parte integrante dos CICC submetendo-se às normas preconizadas do Regimento Interno, elegendo representante legal para as tratativas necessárias quanto à rotina de atividades, planejamento e tomada de decisões quando convocado pela coordenação geral.

As duas forças de segurança diferem também pela mentalidade específica que motiva as suas ações: enquanto os vigilantes possuem características mais preventivas e voltadas ao controle e regulação de acesso, procurando minimizar danos e evitar ocorrências criminais, a polícia pública possui perfil mais repressivo e punitivo, voltado ao estabelecimento da ordem pública através da aplicação da lei. (ZANETIC, 2010)

Figura 04: sala de monitoramento do Consórcio RMTC



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, 2016

2.3.1 O CFTV como recurso compartilhado

Uma das ferramentas tecnológicas mais utilizadas para o compartilhamento de informações entre a segurança privada e a segurança pública é o monitoramento eletrônico via circuito fechado de televisão – CFTV, aliando-se processos de armazenamento e gerenciamento de dados através mão de obra qualificada. O monitoramento das imagens em ambientes públicos, a exemplo dos terminais de passageiros no transporte coletivo nos grandes centros urbanos promove resultados efetivos para o combate à criminalidade afeta a esses ambientes.

Ferreira (2008) declara que, as câmeras de monitoramento de logradouros públicos aumentam a capacidade de vigilância, agindo como um apoio mais eficiente no patrulhamento dos centros, na identificação e prisão de infratores, inibem atos criminosos e auxiliam no monitoramento do comportamento da própria polícia.

Alguns exemplos indicam que, em locais onde implantados sistemas de monitoramento sem a consulta das pessoas impactadas pelo seu uso sofreram resistências,

quer seja da população, pelo receio da invasão da privacidade e eventual uso ilegal das imagens, ou pelos próprios policiais, pelo receio de sua substituição pelo equipamento.

As câmeras de monitoramento utilizadas em sistemas eletrônicos de segurança, assim como muitas das denominadas “novas tecnologias”, apresentam-se não como opções, mas como fatos concretos desse cotidiano. A utilização desses dispositivos de vigilância, geralmente definidos como um recurso para inibir assaltos, evitar depredações e identificar criminosos, é um fenômeno cada vez mais recorrente no mundo, de tal forma que hoje em dia é difícil percorrer ruas, praças, parques, shoppings, aeroportos ou outras áreas de circulação pública, sem deparar-se com eles. (KANASHIRO, 2006)

Desta forma, a segurança eletrônica tem se apresentado como instrumento essencial ao poder público e à sociedade, sob forma efetiva de controle e mitigação da violência urbana. Fator que requer aplicação de gerenciamento responsável, sobretudo voltado para a segurança da informação aplicada ao processo. Constituindo-se assim, elemento responsável pela garantia de credibilidade do processo e respaldando a viabilidade da implantação da tecnológica em questão.

Figura 05: Central de Monitoramento do Consórcio RMTC



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, 2016

2.3.2 As diversas aplicações para o CFTV

A ausência ou ineficiência do sistema de CFTV possibilita as práticas ilícitas como, furtos, roubos, depredação, vandalismo, invasão, dentre outros, pela confiança que tem o autor do delito saber que dificilmente será identificado. Os registros e identificação de pontos

estratégicos pelo sistema de monitoramento ampliam sobremaneira a segurança de locais como empresas, condomínios e residências, pois permitem reconhecimentos e registram a dinâmica da ocorrência, sem a necessidade de recorrer à testemunha, que nem sempre condizem com a verdade, podendo-se ainda, servir de prova em ações cíveis e criminais.

As imagens das câmeras instaladas nos terminais, estações e dentro dos ônibus do transporte público coletivo podem ser visualizadas em tempo real, possibilitando o acompanhamento de ocorrências. Estas imagens também podem ser disponibilizadas à equipe de monitoramento da segurança pública para os encaminhamentos pertinentes.

Figura 06: câmera instalada dentro de ônibus do transporte coletivo



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, 2015

O sistema de câmeras além de permitir visualizar, monitorar e gravar imagens de diversos ambientes simultaneamente age diretamente com o fator psicológico de dissuasão, pois o possível “criminoso” sabe que está sendo monitorado e suas imagens gravadas pelo sistema, inibindo a ação delituosa por frustrar suas intenções em face da exposição e possibilidades de prisão.

Com esse sistema integrado à central de monitoramento da segurança pública, criou-se um cinturão de proteção, gerando aumento na sensação de segurança para a população usuária do transporte público coletivo com atendimento em tempo real para coibir crimes em toda a trajetória da malha viária.

Há ainda, a possibilidade de implantação de software inteligente em algumas câmeras, o que possibilitará a identificação/ reconhecimento facial automática de foragidos da justiça e

veículos furtados ou roubados, assim aprimorando o serviço com o uso de mais tecnologia, garantindo maior eficiência ao serviço de segurança pública.

Figura 07: Terminal Garavelo com monitoramento por CFTV



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, 2015

2.3.3 A gestão dessa integração (fluxos de informações)

Goiânia se tornou a primeira Região Metropolitana do Brasil a adotar um sistema de monitoramento da segurança no transporte coletivo em tempo real. O projeto de monitoramento “Olho no Ônibus” passou a contar



com um novo sistema de monitoramento através de câmeras instaladas em parte da frota de ônibus da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos. As primeiras 1.640 câmeras já estão funcionando de forma experimental em 319 veículos. O projeto faz parte das melhorias previstas no Pacto Metropolitano pela Qualidade do Transporte Público.

“Além de ferramentas de controle e transparência operacional, o Olho no Ônibus também abrange um conjunto de ações para a melhoria contínua e integrada entre transporte público e segurança pública”, antecipa o diretor geral do Consórcio, Leomar Avelino.

Em cada ônibus foram instaladas entre quatro e oito câmeras, de acordo com a tipologia do veículo utilizado no sistema, três a sete filmando o interior do veículo e uma na

parte frontal. Quando o sistema estiver funcionando em toda a frota da Grande Goiânia, serão mais de 25 mil horas de imagens armazenadas e analisadas diariamente.

Por meio de parceria com a Secretaria da Segurança Pública de Goiás, as imagens também são transmitidas em tempo real para o posto de segurança de transportes do Consórcio Rmtc, instalado no Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle.

O posto recebe denúncias relacionadas à segurança de clientes ou funcionários do transporte coletivo por meio de SMS, WhatsApp, rádio ou Sistemas Inteligentes de Transporte. Ao ser acionado, o controlador de segurança tem acesso às imagens e à localização exata de cada ônibus em tempo real e repassa à segurança pública todas as informações necessárias para agir rapidamente na prevenção e repressão à violência.

Para o Major Marcos Luciano de Lima, responsável pelo Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM, o sistema de monitoramento nos ônibus tende a contribuir com o trabalho dos órgãos de segurança pública no combate à criminalidade. “A câmera é um fator inibidor da violência. Nos locais onde elas são instaladas, a tendência é que o crime não ocorra. E, se vier a ocorrer, essas imagens serão de fundamental importância para a elucidação dos fatos”, ressalta.

Figura 08: fluxo de integração para acionamentos ao CIICC



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, 2015

O fluxo acima desenhado estabelece a relação entre as partes envolvidas no processo de acionamento junto ao posto da Segurança de Transportes. As demandas podem partir de qualquer pessoa que esteja utilizando direta ou indiretamente o sistema de transportes da Região Metropolitana da Grande Goiânia.

O Posto de trabalho da equipe de Segurança de Transportes do Consórcio Rmtc é responsável pelo recebimento das denúncias de profissionais do sistema ou de usuário do transporte público coletivo, demandando a solicitação de apoio aos policiais militares ou guardas civis presentes no CIICC.

O Assistente de Segurança de Transportes registra a demanda em um software de gerenciamento de ocorrências, informando todos os detalhes para o devido acompanhamento e disponibilização futura para o gerenciamento e compartilhamento com a Secretaria de Segurança Pública.

Os meios utilizados para a realização do contato com o posto de segurança, localizado dentro do CIICC, são: rádios de comunicação das equipes de campo nos terminais, estações e embarcados nos ônibus do transporte público coletivo; mensagens via SMS ou *Whatsapp* pelos usuários; através de mensagem programada no sistema inteligente *embarcado* dos ônibus.

Diante do acionamento ao Posto de Segurança de Transportes, este tem a possibilidade de interagir com a fonte de origem observando em tempo real as imagens do CFTV dos terminais, estações e parte da frota de ônibus do sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia.

A ocorrência em andamento poderá ser imediatamente compartilhada com a força de segurança pública no mesmo ambiente do CIICC, servindo como ferramenta para o dimensionamento de emprego de recursos disponíveis. A viatura militar mais próxima à ocorrência será demandada em apoio, otimizando o tempo e pessoal empregado, além de evitar duplicidade no atendimento.

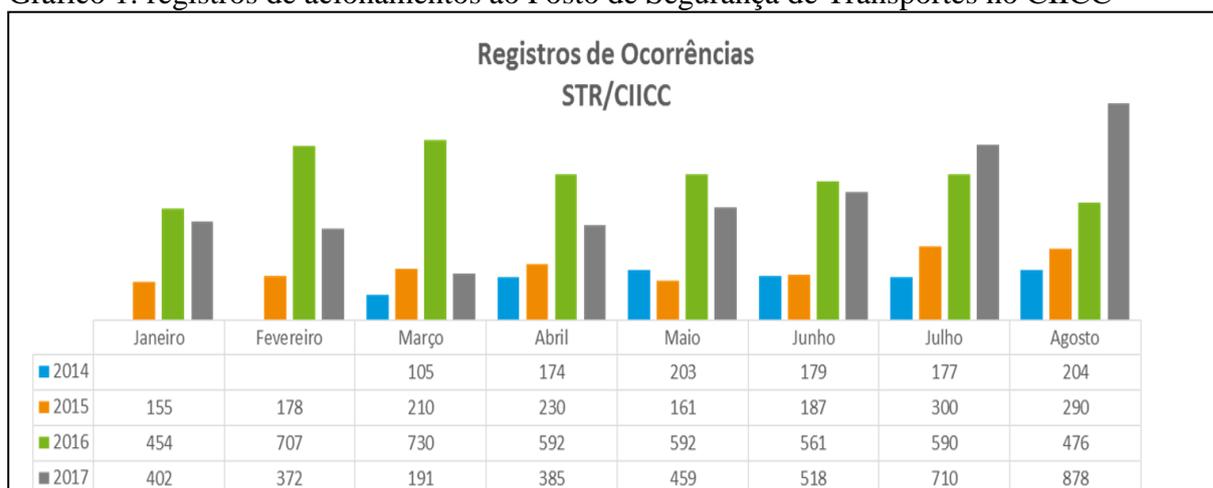
3 RESULTADOS OBTIDOS

3.1 ANÁLISE DOS REGISTROS

Após a implantação das câmeras de monitoramento, houve redução em 70% das ocorrências de violência diversa nos terminais e estações da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo, fator de sucesso devido à integração desse sistema, idealizado pelo Consórcio privado com o sistema de monitoramento da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

Nestes ambientes havia alto índice de consumo de drogas, e ocupação pelo comércio ilegal de produtos diversos, o que promovia ambiente fértil para propagação de outros delitos. Estes infratores, principalmente adolescentes, se aglomeravam nas plataformas de embarques onde facilmente se misturavam aos usuários do transporte público, dificultando ações da segurança patrimonial privada.

Gráfico 1: registros de acionamentos ao Posto de Segurança de Transportes no CIICC



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2017)

O gráfico acima apresenta os dados registrados provenientes de acionamentos diversos ao Posto de Segurança de Transportes ao longo do período de parceria firmada entre o Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos e a Secretaria de Segurança pública de Goiás.

Da análise obtida, percebe-se o aumento gradativo ao longo dos anos. Isto se explica devido as intervenções que foram implantadas no sistema, no que diz respeito à assunção da operação e gestão dos terminais e estações pelo Consórcio. Houve o estabelecimento de cronograma do poder público municipal para que, à medida em que os terminais fossem

entregues à nova gestão, os recursos inerentes aos processos de segurança também pudessem ser implantados.

Houve o acréscimo gradativo dos canais de comunicação na medida em que novos terminais e estações eram incluídos no processo. Novos postos de vigilância, novos postos de monitoramento do sistema de CFTV gradativamente inseridos e demandando os chamados de seus postos de trabalho.

No entanto as ocorrências registradas são de natureza diversa, não correspondendo exclusivamente às ações de violência. Foram observados registros relativos a emergências médicas e de acidentes de trânsito, que diante de análise superficial geraria um equívoco na interpretação dos resultados como sendo aumento de ocorrências, o que na realidade não se comprova.

Essa forma de avaliação entre as demandas oriundas do sistema de transporte público coletivo e os atendimentos efetivamente realizados pela segurança pública estabeleceu-se como indicador de desempenho do processo da Segurança de Transportes do Consórcio. O resultado obtido ao longo desse período de parceria é considerado como muito positivo, atingindo 89% de atendimento.

Tabela 1: Natureza das ocorrências registradas entre março de 2014 a agosto de 2017

Ocorrências	QTD	%
Ameaça a Integridade	4640	28,9%
Evasão de Receita	2354	14,7%
Roubo a Pessoa	1738	10,8%
Atitude Suspeita	1453	9,0%
Preventiva	1129	7,0%
Emergência Indevida	817	5,1%
Informações Operacionais	604	3,8%
Emergência	576	3,6%
Vandalismo a Ônibus	574	3,6%
Furto a Pessoa	498	3,1%
Uso de Drogas	438	2,7%
Vandalismo em Terminal	191	1,2%
Emergência Médica	175	1,1%
Abordagem a Ambulante	167	1,0%
Suspeito	162	1,0%
Atentado ao pudor	126	0,8%
Acidente de Trânsito	76	0,5%
Assalto dentro Ônibus	76	0,5%
Pessoa Perdida	67	0,4%
Assalto em Terminal	39	0,2%
Furto ao Patrimônio	37	0,2%
Vandalismo em Estação	30	0,2%
Vandalismo	26	0,2%
Agressão Física	25	0,2%
Furto de Veículo	20	0,1%
Vandalismo em Ônibus	7	0,0%
Assalto em Estação	6	0,0%
Emergência	3	0,0%
Vandalismo ao Patrimônio	2	0,0%
Roubo de Veículo	2	0,0%
Roubo a Patrimônio	2	0,0%
Furto	1	0,0%
Vandalismo em PC	1	0,0%
TOTAL	16062	100%

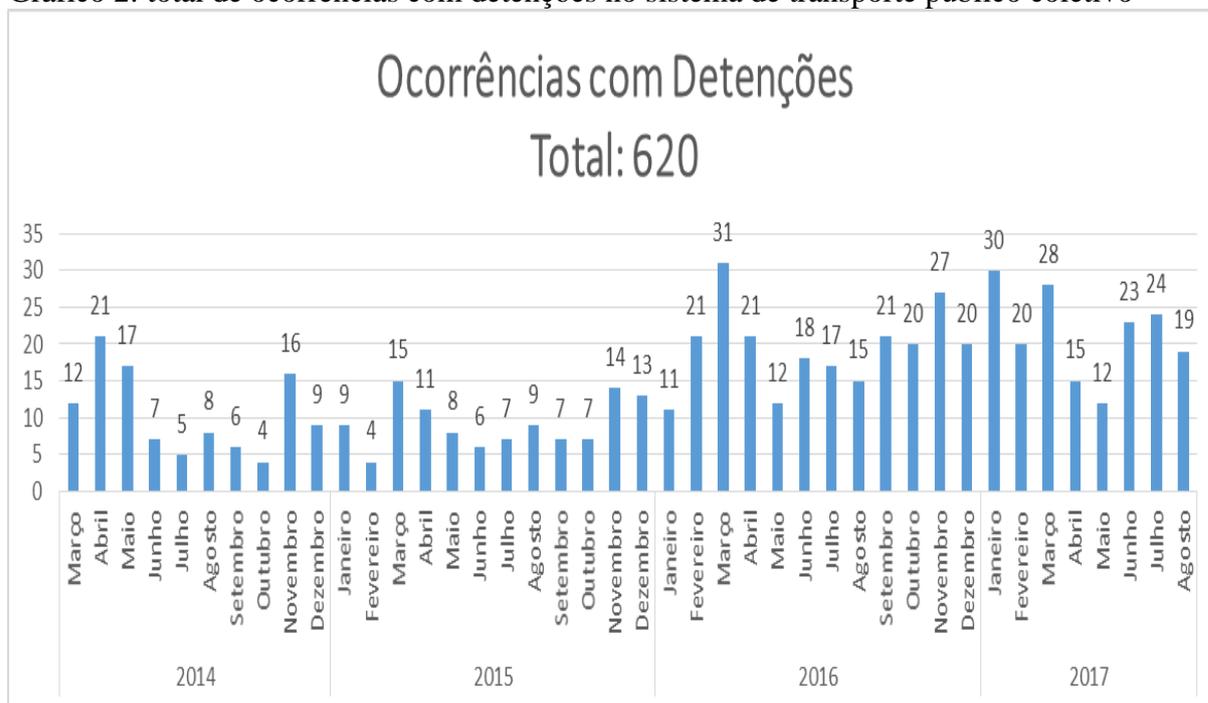
Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2017)

As ações conjuntas entre a equipe da central de monitoramento, as equipes de segurança patrimonial e a pronta resposta da polícia militar, tem promovido um aumento na sensação de segurança aos usuários do transporte público coletivo. O planejamento das operações preventivas é melhor executado quando há o cruzamento das informações diante das manchas criminais evidenciadas pela equipe de segurança do Consórcio.

Ressalta Beato 2002 que, as modificações no âmbito do gerenciamento das atividades policiais e na introdução de inovações tecnológicas para subsidiar mecanismos decisórios de planejamentos, nas estratégias em se encarar o problema da criminalidade e violência nos grandes centros urbanos, além de uma modificação na relação das organizações policiais com outras agências do governo, podem vir a causar mudanças profundas tanto no ponto de vista do relacionamento da organização policial com o público em sua sociedade democrático, bem como na eficiência no controle da criminalidade urbana violenta.

O acompanhamento dos registros é realizado pela equipe de Segurança de Transportes do Consórcio Rmtc, compartilhado com o Observatório da Secretaria de Segurança Pública que estratifica a efetividade quanto aos atendimentos demandados às forças de segurança. Os mapas com as manchas criminais são delineados e apresentados à coordenação responsável pela elaboração estratégica de emprego dos recursos.

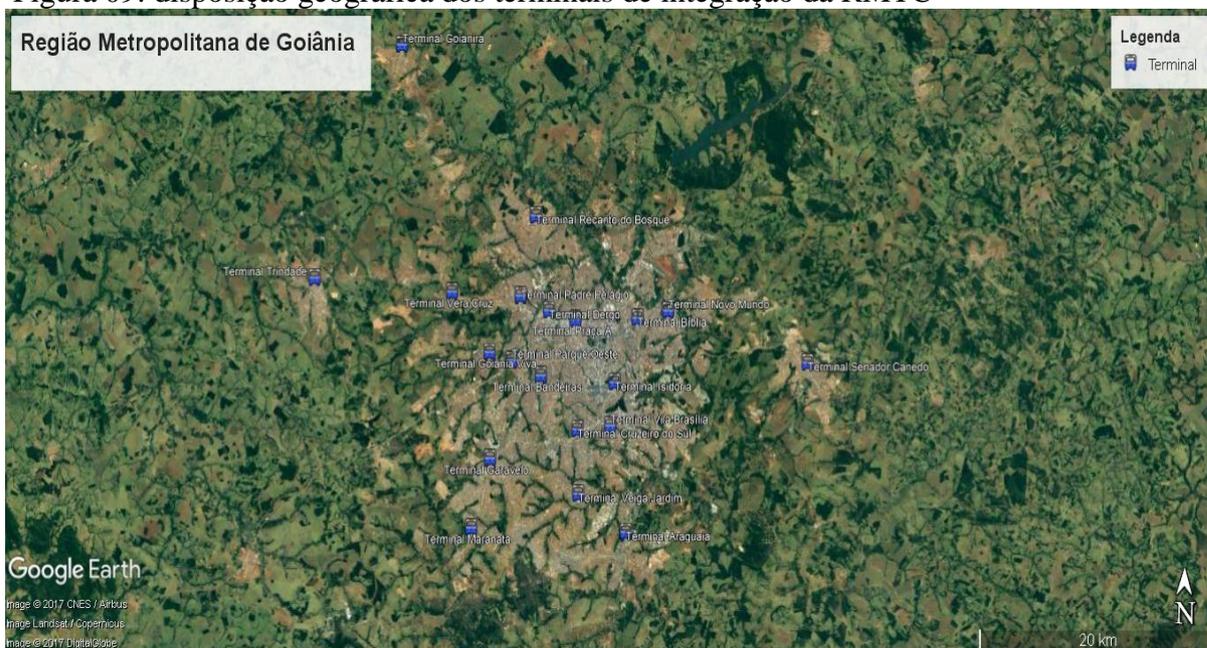
Gráfico 2: total de ocorrências com detenções no sistema de transporte público coletivo



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2017)

O número de atendimento com detenções realizados pela segurança pública no sistema de transporte coletivo tem aumentado gradativamente, graças à possibilidade do reconhecimento de criminosos quando analisadas as imagens gravadas e disponibilizadas.

Figura 09: disposição geográfica dos terminais de integração da RMTC

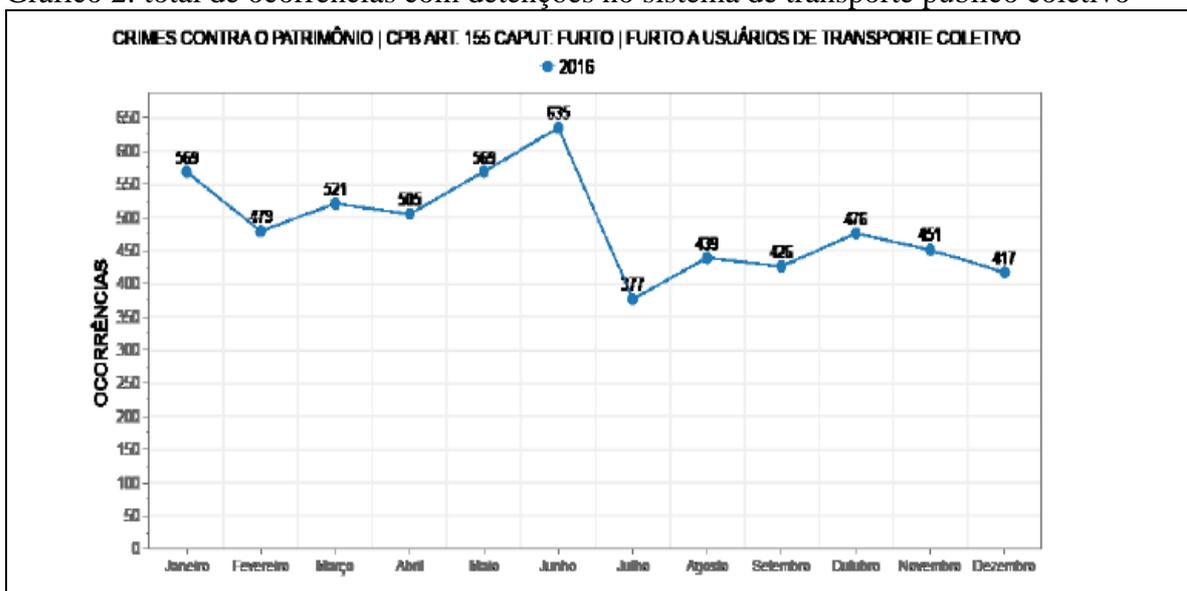


Fonte: Google Earth (2017)

Os 21 terminais do transporte público coletivo encontram-se localizados em 18 municípios que integram a Região Metropolitana de Goiânia. Os maiores índices de violência concentram-se em 05 destes terminais, localizados no eixo da Avenida Anhanguera, uma das principais vias arteriais que corta o município de Goiânia de leste a oeste.

O número de ocorrências registradas nos terminais do eixo Anhanguera em período anterior a julho de 2016, data da implantação do CFTV nestes terminais e da operação pelo Consórcio, são bastante expressivos, como pode-se ver no gráfico abaixo. Estes dados, quando comparados ao período posterior à assunção, demonstram notoriamente o impacto positivo devido a implantação do sistema de monitoramento, aliado às ações preventivas e repressivas da segurança privada com apoio das forças de segurança pública.

Gráfico 2: total de ocorrências com detenções no sistema de transporte público coletivo



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás (2017)

O sistema de monitoramento é uma ferramenta essencial para auxílio no combate à violência e à criminalidade da Região Metropolitana de Goiânia, sendo que a expectativa da SSP é de reduzir cerca de 70% a 80% da criminalidade nas regiões onde o sistema está atuando.

Se depender das ações detectadas pela equipe da Polícia Militar que opera o sistema, o objetivo será atendido. “Diversas situações foram trabalhadas pela equipe, desde usuários de droga, crimes de homicídio, até acompanhamento de abordagem pela Polícia Militar. Todas as imagens são gravadas em prol do policial, que se resguarda e comprova que conduziu a operação de forma padrão”, frisa Cássio Oliveira Camilo gerente de Infraestrutura da Secretaria de Segurança Pública.

3.2 UTILIZAÇÃO DAS IMAGENS DO MONITORAMENTO

Para assegurar a legalidade da utilização das imagens do monitoramento, foram estabelecidas as seguintes premissas para o compartilhamento das imagens com a segurança pública:

- O sistema de compartilhamento de imagens capturadas nos terminais, estações e ônibus do transporte público coletivo, terá a finalidade precípua da segurança dos usuários, podendo ser replicadas aos órgãos de segurança pública para fins de averiguação de eventual fato delituoso;

- Não poderão ser repassadas a terceiros que não fazem parte dos órgãos de segurança pública, nem publicada em redes sociais, sem autorização dos particulares;
- Deverão ser cedidas somente por empresas privadas de segurança que estiverem devidamente regularizadas junto aos órgãos públicos
- Serão compartilhadas ao sistema de monitoramento público com a devida anuência, através de termo escrito, respeitando a imagem e privacidade dos mesmos;
- Deverão observar a tecnologia do monitoramento do sistema público, afim de que possa haver a compatibilidade na transmissão das imagens e o efetivo compartilhamento do sistema

O uso indevido das imagens pode acarretar em problemas relacionados a danos morais. Para isso basta que as imagens divulgadas causem dor, vexame, sofrimento ou humilhação, fugindo da normalidade e interferindo na esfera psíquica do indivíduo, causando desequilíbrio em seu bem-estar.

“O direito à inviolabilidade da imagem está protegido pela Constituição Federal, conforme o artigo 5º, inciso XXVIII: ‘são assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas’”.

Caso queiram, as partes envolvidas poderão solicitar, formalmente, o acesso às imagens. A solicitação também pode ser feita por meio judicial ou por ordem de autoridades policiais, mas apenas em casos mais graves.

As forças policiais poderão utilizar as imagens geradas pelo sistema de monitoramento por CFTV, em tempo real para atuação ostensiva, antevendo assim toda a dinâmica da ocorrência, com os detalhes suficientes e que permitam avaliar o emprego dos recursos necessários para a efetividade da ação

As investigações pela polícia judiciária serão apoiadas diante da análise das imagens gravadas e disponibilizadas pela equipe de monitoramento, o que promove maior celeridade para as conclusões e encerramento de inquéritos.

3.3 EVIDENCIAÇÃO DE DELITOS ATRAVÉS DO MONITORAMENTO

Diversas situações flagradas pelas câmeras de monitoramento serviram de peça para elucidação de crimes ocorridos no sistema de transporte público coletivo de Goiânia, como por exemplo: assaltos dentro de ônibus, vandalismos provocados por torcidas organizadas, brigas dentro de terminais, comércio irregular de produtos entre outros.

O sistema também é utilizado em investigações pela polícia civil em situações de monitoramento de suspeitos de crimes que possam ter seu paradeiro rastreado pela evidência de imagens gravadas quando de passagem pelos terminais ou mesmo em viagens dentro de ônibus que possuam o monitoramento.

Figura 10: briga entre vendedores ambulantes dentro de terminal



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2016)

Imagens geradas pelo sistema de CFTV permite a intervenção da segurança pública, graças ao compartilhamento em tempo real junto ao CIICC. A identificação dos envolvidos em ações delituosas facilita a abordagem, servindo ainda de prova junto à polícia judiciária.

Figura 12: adolescentes “surfando” em ônibus do transporte coletivo



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2016)

As imagens gravadas pelo sistema embarcado de CFTV do veículo possibilitou a identificação dos envolvidos no vandalismo. Foi possível visualizar o nome da escola no uniforme utilizado por alunos que estavam no interior do veículo. O vídeo foi apresentado junto à diretoria da escola que os identificou prontamente.

Figura 13: furto de equipamento de funcionário dentro de terminal



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2017)

Através da gravação do circuito interno do Terminal Bandeiras, foi possível ao centro de monitoramento do Consórcio evidenciar, em tempo real, a ação de marginal invadindo a sala de apoio administrativo para subtrair um aparelho celular de funcionária. Imediatamente foi acionada a vigilância local que realizou a detenção do autor.

Figura 14: vandalismo provocado por briga de torcida organizada



Fonte: Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivo (2017)

As imagens acima evidenciam o vandalismo promovido por integrantes de torcidas organizadas quando do enfrentamento entre seus rivais. As ações foram capturadas pelo sistema de CFTV embarcado e disponibilizadas ao Ministério Público para tratativas de

responsabilização e punição imposta ao clube que teve seus integrantes identificados através do uniforme.

Após os jogos do Campeonato Goianos são registrados diversos casos de vandalismo em ônibus e terminais da Região Metropolitana de Goiânia. Em média seis ônibus são vandalizados, alguns atingidos por tiros, pedras, bombas caseiras e outras ações de vândalos, fazendo diversas vítimas e causando um sério impacto na operação do transporte coletivo, principalmente na área Leste da Rede.

De acordo com o Blog da RMTC, o caso mais grave ocorreu em um ônibus da linha 255 (T. N. Mundo / T. Sen. Canedo) que seguia para o Terminal Senador Canedo. Segundo testemunhas, um motociclista teria disparado vários tiros contra o veículo, atingindo quatro pessoas que estavam dentro do ônibus. As vítimas foram encaminhadas para o hospital, uma delas em estado grave.

Depois do ocorrido, os motoristas que trabalham nas linhas que saem do Terminal Novo Mundo se recusaram a continuar circulando, com medo de novos ataques. Apesar do apoio da Polícia Militar no local e de todos os esforços realizados pelo Consórcio Rmtc na tentativa de normalizar a operação, o atendimento das linhas que saem do terminal foi finalizado por volta das 20h30, prejudicando centenas de clientes.

O fechamento do Terminal Novo Mundo trouxe prejuízos em cadeia também para quem estava nos terminais Praça da Bíblia e Senador Canedo, onde foram disponibilizados ônibus extras para a realização de viagens adicionais.

Todos os ônibus vandalizados foram recolhidos e ficarão fora de circulação até passarem por manutenção, o que deve afetar a operação em algumas linhas, principalmente da área Leste da Grande Goiânia, afirma

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa atingiu seu objetivo, no intuito de apresentar que o modelo de parceria público privada se mostra eficiente quando os seus processos encontram-se harmonicamente planejados e gerenciados. Desta forma, os recursos tecnológicos são aproveitados em sua plenitude, suportando às partes integrantes e, por fim, suprindo as limitações em ambas as partes.

Infelizmente constata-se a falta de políticas públicas de longo prazo, o que permitiria aplicação e investimento em estrutura para as forças policiais, leis mais contundentes e eficazes, readequação da estrutura carcerária e seu sistema, não deixando de lado, a primordial: o investimento em educação.

Os investimentos em Segurança Pública tiveram um crescimento considerável ao longo da última década, conforme anunciado pelo governo federal, porém a forma como houve esse investimento, sem o devido planejamento e gestão, é que o torna em parte insuficiente, demonstrando ser o governo limitado em administrar e gerir de forma adequada e efetiva, agindo reativamente à situação.

Sem o direcionamento inicial para melhor capacitação dos efetivos, de nada valerá apostar no aumento do efetivo simplesmente, é preciso, além dos aparelhos necessários, treinamento e preparação para que tenhamos uma redução na taxa de letalidade durante as ações das polícias, acompanhados de treinamento, remuneração, e acompanhamento psicológico.

A análise da integração dos sistemas de monitoramento entre a segurança pública e a segurança privada aponta para convergências importantes em relação à forma como se empenham na busca de seus objetivos. O foco na atuação sinérgica das equipes envolvidas, possibilita a otimização na utilização dos recursos disponíveis e que se integram.

Contudo, a adoção de um novo modelo de parceria entre o público e o privado nos traz a possibilidade de, se não reverter, ao menos atenuar o cenário negativo atual, através de processos integradores e adoção de boas práticas através da gestão participativa. Através da parceria público-privada poderemos obter resultados mais animadores para a nossa sociedade.

Com a formalização definitiva da parceria público privada entre o Consórcio Rmtc e a Secretaria de Segurança Pública, através do Memorando de Entendimento, essas ações colaborativas se tornarão ainda mais eficientes, gerando resultados mais expressivos, promovendo maior sensação de segurança aos usuários do transporte público coletivo da

Região Metropolitana de Goiânia e, como consequência, melhorando os índices de desempenho da Segurança Pública do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Prevenção integrada**: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v.9, n.1, p. 38-42, jan/jun.2006.
- BATISTA, Marcela de Moraes. (Dissertação) - **Muito além da vigilância eletrônica: um estudo acerca do discurso governamental do centro integrado de comando e controle de Pernambuco**. Recife, 2013. 141 f. 2013.
- CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. 2013 - **Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública**. Horizonte Antropologia, vol.19 no.40 Porto Alegre. 2013
- COLI, André de Oliveira. 2011 (Monografia) - **Centro integrado de comando e controle (CICC): Ferramenta de integração para o estado rede**, Belo Horizonte p.89.
- CUBAS, Viviane de Oliveira. **Segurança Privada**. A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.
- FELDENS, Jorge Augusto. 2011 (Dissertação) – **Sorria, você está sendo filmado: emergência da subjetividade em práticas discursivas de agentes de segurança pública do sistema integrado de monitoramento de São Leopoldo**. 125 f. 2011.
- FERREIRA, Tercia Maria. 2008 (Artigo) - **Monitoramento eletrônico de logradouros públicos – A tecnologia a serviço da segurança pública** - REBESP, Goiânia, n.1, v.1, p.1-5, jul/dez. 2008.
- KANASHIRO, Marta Mourão. 2006 (Dissertação) - **Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo** – Campinas, 2006.
- MÁXIMO, Alexandre A. 2004 (Dissertação) - **A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica**. (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC, 2004.
- PACHECO, Gilvane Cardoso. **Gestão da qualidade no serviço público: livro didático / Giovane Cardoso Pacheco, Luciano Costa Santos; design institucional Daniela Erani Monteiro Will, Lucesia Pereira**. – Palhoça: Unisul Virtual, 2009.
- RMTC Goiânia. **Vandalismo**. Disponível em: < www.rmtcgoiania.com.br/blog/tag/vandalismo/feed/> Acesso em: 04 set. 2017.
- SILVA, Edson Rosa Gomes da. 2009. 202 f **Governo Eletrônico na Segurança Pública (Dissertação) - Construção de um sistema nacional de conhecimento** – Florianópolis, SC, 2009.
- ZACKSESKI, Cristina Maria. 1997. 210 f. (Dissertação) – **Políticas integradas de segurança urbana: Modelos de respostas alternativas à criminalidade de rua** – Florianópolis, 1997.
- ZANETIC, André. 2010. 203 f. Tese (Doutorado) - **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: Impactos na Segurança e Transformações Contemporâneas no Policiamento**. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2010.